

A HIPÓTESE DA DUPLA ORIGEM PARA A CONSTRUÇÃO DE DATIVO COM INFINITIVO: PRIMEIRAS INCURSÕES PELO PORTUGUÊS MEDIEVAL

Tiago Timponi TORRENT
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Neste artigo, propõe-se a hipótese da dupla origem para a construção de Dativo com Infinitivo (DCI). Sugere-se que tal construção teria se originado de duas construções distintas do Latim, quais sejam, a de cláusula de finalidade e a do dativus auctoris, as quais, devido a uma coincidência formal, mesclam-se de forma oportunista em uma única construção, cujo esquema sintático é para x infinitivo.

ABSTRACT

In this paper the hypothesis of the double origin for the Dative with Infinitive (DCI) construction is proposed. It is claimed that such construction originates from two different source constructions from Latin: the purpose clause and the dativus auctoris. These constructions, due to a formal coincidence, would have opportunistically blended into one unique construction whose syntactic scheme is para x infinitive.

PALAVRAS-CHAVE

Construções. Mesclagem. Diacronia.

KEY WORDS

Construction. Blending. Diachronic Studies.

Introdução

O trabalho com Linguística Histórica tem ganhado cada vez mais espaço nos estudos lingüísticos centrados no uso, sejam eles funcionalistas,

cognitivistas ou de qualquer outra vertente teórica preocupada com os usos lingüísticos que falantes reais fazem, nos diversos contextos de interação nos quais se engajam.

Revisitar essa abordagem para os estudos lingüísticos não tem significado somente adotar um olhar diacrônico sobre os dados, mas também formular generalizações sobre os processos de mudança que tomam lugar entre os extremos temporais que limitam determinada pesquisa. Nesse sentido, os estudos em mudança semântica¹ surgem como preocupação central em diversos estudos de base funcional e/ou cognitivista (SWEETSER, 1988, 1990; FAUCONNIER; TURNER, 2002; TRAUGOTT, 2005) uma vez que, além de enriquecerem o tratamento das mudanças morfossintáticas, aos quais é atribuído, coletivamente, o rótulo de gramaticalização, também trazem para a cena aspectos até então restritos aos estudos sincrônicos, tais como as marcas de metaforização, metonimização, subjetificação e intersubjetificação, ampliando a abrangência desse rótulo.

Nesse sentido, são muito elucidativas as palavras de Tomasello (2003), ao definir a visão das Teorias Lingüísticas Baseadas no Uso, que, segundo o autor:

... é representada pelo grupo de teorias mais comumente chamado de *lingüística cognitivo-funcional*, mas também conhecido como *lingüística baseada no uso*, o que enfatiza sua máxima do processamento central que afirma que as estruturas da língua emergem dos usos da língua. (...) As teorias baseadas no uso defendem que a essência da linguagem é a sua dimensão simbólica, enquanto a gramática é derivada desta. A habilidade de nos comunicarmos com outros indivíduos da espécie é uma adaptação biológica específica da espécie. Porém, em contraste com a gramática gerativa e com as outras abordagens formalistas, nas abordagens baseadas no uso, **a dimensão gramatical da língua é um produto de um conjunto de processos históricos e**

ontogenéticos chamados, coletivamente, de gramaticalização.
(Grifo nosso) (TOMASELLO, 2003, p. 5)

Ora, podemos notar claramente no texto do cientista alemão a apresentação de um conceito de gramaticalização que extrapola as noções mais tradicionalmente difundidas sobre este processo. Não se trata aqui de definir escalas de projeções figurativas, analisar “atenuações” de significado, ou de limitar-se a apontar mudanças na estrutura fonológica e restrições de ocorrência do item gramaticalizado. Trata-se de entender a gramaticalização como um processo contínuo que se desenvolve historicamente, devido, dentre outras razões, ao fato de que o mapeamento entre uma dada forma lingüística e sua contraparte conceptual não é simples e direto.

Ainda argumentando nessa direção, cito o trabalho de Fauconnier e Turner (2002) que, ao tratarem da evolução cultural das línguas, afirmam que as mudanças lingüísticas se devem à não-especificação das redes de integração conceptuais, ou seja, as formas lingüísticas apenas deflagram os vários aspectos das integrações conceptuais por elas ativadas, surgindo, portanto, um espaço para variações que, ao longo dos anos, podem produzir uma mudança lingüística específica. Pode ser que uma certa aceção se convencionalize associada ao uso da forma em questão: em outras palavras, que se **idiomatize ou gramaticalize**. A flutuação entre multideterminação do significante e a pressão estabilizadora em prol da eficácia comunicativa é constitutiva da natureza da linguagem e, por consequência, de sua mudança.

Afirmam também que os processos de integração, mesmo sendo centrais em nosso processamento mental, não criam uma relação direta e unívoca entre forma e significado. O pareamento destes dois elementos cognitivos pode se dar de formas diversas, dada a riqueza de nossa capacidade projetiva. Portanto, é possível que novos significados sejam integrados a formas já existentes e que estas se tornem cada vez mais especializadas, gramaticalizando-se.

A gramaticalização não é vista nesta perspectiva como um caso excepcional, em última instância, qualquer processo de sintaticização, ou seja, qualquer elemento de gramática, aprendida por um falante como tal, foi um dia uma simples consequência da criatividade lingüística de um dado falante em um dado discurso. Porém, esta consequência se tornou muito produtiva, a ponto de constituir-se em uma maneira muito eficiente de indicar um dado evento no nível conceptual. Este pareamento então passou a ser transmitido culturalmente ao longo da história e se tornou convencional, gramatical, sintático.

Aqui cabe citar novamente Tomasello que, referindo-se aos estudos de Givón, diz:

No nível das construções, (...) frases inteiras assumem uma nova forma de organização, ou seja, seqüências soltas de discurso se transformam em construções sintáticas mais organizadas. (...) A caracterização de Givón é bem pertinente: a sintaxe de hoje é o discurso de ontem. (TOMASELLO, 2003, p. 14)

Essa ampliação da noção de gramaticalização tem como alguns de seus precursores os trabalhos de Sweetser (1988, 1990) sobre a mudança semântica, definida pela autora conforme a citação abaixo:

Na mudança semântica, uma forma adquire historicamente uma nova função para substituir ou ampliar suas velhas funções. (...) A questão (...) é saber se há ou não regularidades a serem observadas no que tange ao mapeamento de uma forma para múltiplas funções. Devo dizer que as há e que as regularidades não podem ser apropriadamente capturadas por uma teoria semântica objetivista, dentro da qual o significado é pensado basicamente como uma relação entre palavra e mundo – i.e., entre uma forma lingüística e um objeto ou estado emocional referido ou descrito por essa forma. Porém, as regularidades observadas são naturais e prontamente

motivadas dentro de uma teoria baseada cognitivamente, a qual não toma o “mundo real” objetivo, mas a percepção e o entendimento humanos do mundo como base para a estrutura da língua humana. (SWEETSER, 1990, p. 1-2)

A partir deste conceito, Sweetser faz uma análise dos modais em Inglês, argumentando que os mesmos não possuem dois sentidos distintos, um deôntico e um epistêmico, mas sim apresentam uma extensão de um significado mais básico, fundeado em um esquema semântico de dinâmica de forças – conforme definido por Talmy (1981, 1988) –, para os domínios deôntico e, posteriormente, epistêmico e até mesmo pragmático (1990, p. 50-53).

Segundo a autora, em um primeiro momento, os modais indicavam, a partir da conceptualização de um esquema de dinâmica de forças, a transposição de uma barreira potencial colocada entre uma dada origem e um dado destino. A partir deste esquema, surge o significado deôntico, ou raiz, do verbo modal, o qual se deve a um processo metafórico que enquadra um mundo sócio-físico de obrigações e possibilidades segundo um mundo físico de transposição de barreiras.

A partir desta noção deôntica, o esquema de significado dos modais continua a ser projetado metaforicamente para outros domínios, entre eles, o epistêmico. Neste, a noção de força que impele o sujeito a realizar uma dada ação passa a impeli-lo a acreditar em dada afirmação. Tal fato só se torna possível porque enquadrámos nosso domínio epistêmico, metaforicamente, como um domínio sócio-físico (SWEETSER, 1990, p. 59).

A autora ainda argumenta que a crença nessa transposição de um esquema inicialmente físico para um domínio epistêmico só é possível se levarmos em consideração que nossa capacidade cognitiva se baseia em realizar projeções entre domínios através de relações metafóricas. Caso adotemos uma visão objetivista do estudo do significado, não faz o menor sentido pensar que o esquema semântico que enquadra todos os diferentes

usos dos verbos modais seja o mesmo, afinal, estamos tratando de impedimentos físicos, sociais e epistêmicos da mesma forma. Porém, como acreditamos nessa capacidade projetiva da cognição humana, conseguimos facilmente entender que a noção de possibilidade epistêmica é a contraparte, no domínio do pensamento, da noção de permissão, no domínio do mundo real (1990, p. 74). Conclui-se, portanto, que uma mesma forma lingüística muda seu sentido historicamente para abarcar os diversos domínios cognitivos que se relacionam metaforicamente.

Nesse sentido é também a proposta de Traugott (2005), na qual a autora nos apresenta um modelo denominado Teoria da Inferência Sugerida para a Mudança Semântica (TISMS), segundo a qual os casos de mudança semântica regulares e, portanto, analisáveis de maneira mais generalizante, podem ser tratados de forma unificada como situações em que uma dada forma codificadora de um dado significado passaria a ser polissêmica², ou seja, passaria a codificar novos significados relacionados ao significado anterior – ou motivados pelo mesmo.

De acordo com a TISMS, a grande força motivadora da mudança semântica via polissemia seria de ordem pragmática, o que significa dizer que, em linhas gerais, um processo de mudança desse tipo se daria quando uma inferência sugerida em um evento de fala específico, situado em um contexto específico, passasse por um processo de generalização até se tornar uma referência. Nas palavras da própria autora:

... historicamente, existe um caminho que vai dos significados codificados, passando pelos significados dos enunciados (inferências sugeridas) e pelos significados pragmaticamente polissêmicos (inferências sugeridas genéricas) até chegar a novos significados codificados semanticamente polissêmicos. (TRAUGOTT, 2005, p. 35)

Em meio a esse processo, entre os estágios de *inferência sugerida* e *inferência sugerida genérica*, o novo significado codificado pela forma

estaria sujeito a pressões dos falantes e ouvintes no sentido de atribuir àquela inferência contextualmente situada um valor social mais relevante. Estas mesmas pressões agiriam ainda quando da transformação da *inferência sugerida genérica* em um novo *significado codificado*.

Diferentemente do proposto por Sweetser, Traugott considera também outros processos, que não as projeções metafóricas, como operadores da mudança semântica, quais sejam, a metonimização e suas variedades mais específicas: a subjetificação e a intersubjetificação, sendo aquele um processo semasiológico através do qual o falante desenvolve significados para um lexema que externam suas perspectivas e atitudes, inseridas em um dado evento de fala, enquanto este promove um tipo de mudança que resulta no desenvolvimento de significados que revelam explicitamente um *design* baseado no recipiente, um *design* de enunciados para uma audiência específica no nível do discurso (2005, p. 30-31).

Apesar de não desconsiderar outras fontes para a mudança semântica, Traugott afirma serem elas pouco regulares e caracterizadas por processos conscientes, interventivos e não-naturais, tais como os motivados por polidez, objetificação³ e ainda os casos de criação vocabular e empréstimo.

Apresentados dois dos principais estudos sobre mudança semântica de base funcional-cognitivista, ambos de grande importância para a ampliação do conceito de gramaticalização, passo, a seguir, a sugerir mais uma proposta, também baseada em um processo regular e produtivo de mudança lingüística ainda não explorado em sua totalidade pelos estudiosos da área, apesar de ter seu fundamento na idéia de Herança Construcional por Mesclagem, conforme definida por Mandelblit (1996) e por Fauconnier e Turner (2002). Explico: a hipótese que dá título a este artigo – a da dupla origem da Construção de Dativo com Infinitivo (DCI) – será demonstrada como um exemplo de um processo em que duas construções distintas, devido a uma coincidência na forma – ou homonímia – e por várias semelhanças entre os esquemas de significado subjacentes a elas, acabaram por se fundir em um só esquema construcional, gramaticalizando-se.

Para tanto, começarei por retomar a proposição do DCI (TORRENT, 2005), passando, posteriormente, a analisar suas instanciações e/ou padrões de mesclagem construcional no Português do Brasil (PB), com base em um levantamento de cerca de 100 ocorrências da construção retiradas do *corpus* de audiências do PROCON de Juiz de Fora – MG⁴. A seguir, apresento a hipótese sobre a dupla origem do DCI, a qual estabelece um diálogo com as teorias para a mudança semântica apresentadas nesta introdução, no sentido de trazer para cena um caso de mudança que não tem na polissemia seu efeito mais aparente. Ao final do trabalho, busco mostrar, como base nos *corpora* do Português Medieval (PM)⁵, evidências em favor dessa hipótese.

1 A construção de dativo com infinitivo

Início, portanto, a análise retomando estudo anterior (TORRENT, 2005), no qual foi proposta a construção⁶ de Dativo⁷ com Infinitivo – DCI –, caracterizada pelo esquema sintático “*para x infinitivo*”, em que o elemento *x* representa um nominal qualquer, seja ele um pronome, um nome, um SN ou um zero morfológico, tal como pode ser observado nos exemplos abaixo⁸:

- (1) Sabe que eu nunca pensei assim em botar uma casa. O homem vai botar uma casa **para mim** morar. Eu nunca pensei nisso. (PEUL/UFRJ)
- (2) Aí meu pai fez uma outra casa **para nós** botar aquelas bagulhada assim, não é? (PEUL/UFRJ)
- (3) Aí tem que ficar quietinha dentro de casa **para bala não atingir** a gente. (PEUL/UFRJ)
- (4) Acordou assim e aí falou: “Que que você veio fazer aqui, minha filha? Eu falei **para o seu pai não deixar** você vim!” (PEUL/UFRJ)

- (5) Quando eu cheguei no hospital **para PRO ter ela**, aí eu tive ela. Aí, pegou, quando eu acabei de ter ela, eu perguntei assim: “Doutor o que que foi?” Aí o médico falou assim: “Foi um homem.” (PEUL/UFRJ)

Tal proposta parte da idéia de que, assim como o que ocorre com os elementos conceptuais, as unidades formais também podem ser mescladas em nosso processamento cognitivo (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 353). Adotando esse ponto de vista, hipotetizo que o DCI seja, a princípio, produto de uma mesclagem entre Construções Transitivas Transferenciais e Transitivas Básicas, conforme pode ser visto na Figura 1.

O processo de mesclagem das estruturas formais se dá de forma semelhante ao que ocorre com a mesclagem conceptual, ou seja, nos espaços-fonte encontra-se a estrutura dos dois elementos a serem integrados e, no espaço-mescla, surge o resultado dessa integração conceptual. Por ser produto de uma integração dos espaços-fonte, o espaço-mescla possui elementos de ambos combinados de forma diferente, o que o distingue dos outros espaços da rede. Essa mesma combinação dos diferentes elementos faz surgir na mescla um esquema de significado que Fauconnier e Turner (2002) chamam de estrutura emergente, a qual não se encontra em nenhum dos espaços-fonte.

Portanto, devido ao fato de ser uma mescla, o DCI apresenta elementos semânticos próprios que o diferenciam de outras construções da língua, quais sejam, o estabelecimento de um Beneficiário Agente ou Experienciador em um espaço mental que representa a resultante virtual de uma dada ação ou do contexto, e a noção de Finalidade emergente em seu esquema de significado. Ainda pela mesma razão, passa-se então a analisar o DCI – entendido a partir de então como o esquema sintático *para x infinitivo* e suas especificidades semânticas – como uma construção sintaticizada – ou gramaticalizada – (Cf. TOMASELLO, 2003), a qual pode mesclar-se a outras construções da língua de maneira oportunista. Isto significa dizer que, a partir de uma semelhança sintática ou semântica, ela pode se encaixar em outros esquemas sintáticos.

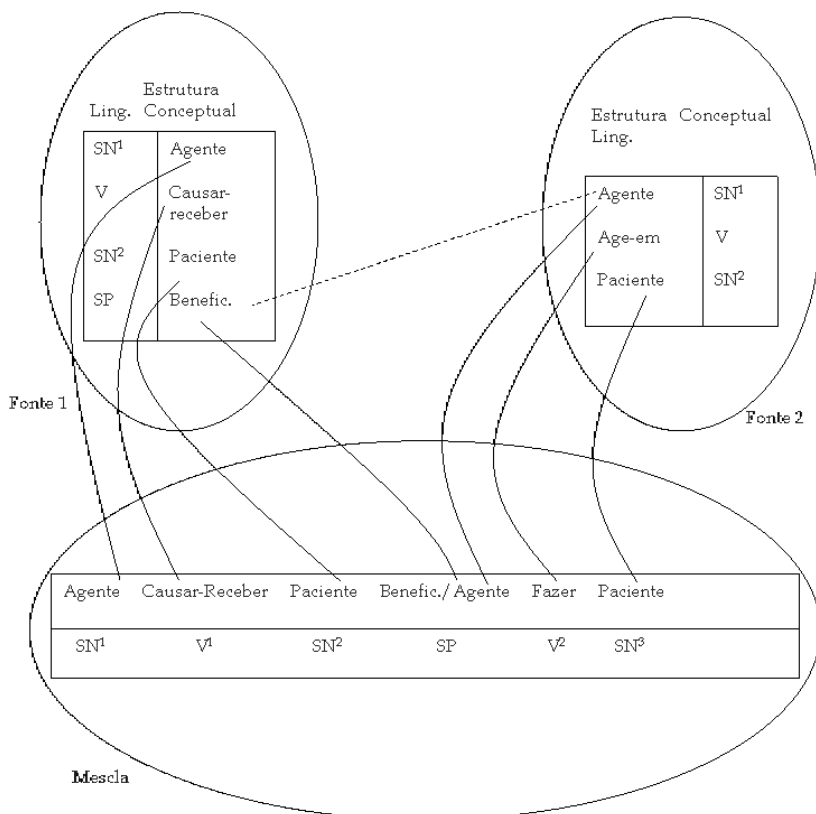


FIGURA 1 - A herança por mesclagem do dativo com infinitivo.

2 Primeiras incursões pelo PB

Dada a hipótese acima exposta e após um levantamento de 100 ocorrências do esquema sintático *para x infinitivo* em dados do PB, passo a expor a seguir as possibilidades de ocorrência e os padrões de mesclagem construcional do DCI.

Em uma primeira observação fica evidente a altíssima produtividade dessa construção, uma vez que a mesma pode atuar junto aos mais diversos padrões construcionais do PB. Entretanto, uma análise mais minuciosa revela que seu uso segue, basicamente, três padrões distintos, de acordo com o grau de inserção⁹ do DCI na construção à qual ele se vincula.

2.1 DCI adjunto

O primeiro padrão de uso do DCI engloba os casos em que essa construção não é inserida no lugar de um dos papéis argumentais¹⁰ da construção-fonte, ou, em uma linguagem mais “funcionalista”, o mesmo funciona como um adjunto e não como um complemento da construção, não sendo previsto por sua grade temática.

São elencadas, como possíveis construções para este padrão de uso, todas aquelas que têm sua grade argumental completa, mesmo que com zeros morfológicos preenchendo alguns papéis, independentemente do número ou da configuração de seus papéis argumentais ou dos papéis de participantes definidos pelo verbo. Assim, enquadram-se, neste grupo, construções com os esquemas listados na tabela abaixo, os quais serão sempre acompanhados de um exemplo de uso real e da informação sobre sua frequência nos dados, em relação ao total de ocorrências levantadas.

TABELA 1 - Tipos de construções às quais o DCI pode se mesclar como adjunto.

Construção	Esquema	Exemplo	Freq.
Transitiva Transferencial	SN ¹ → Agente V → Causar-Mover SN ² → Paciente SP → Alvo	(6) Não. Eu num posso, você pode pedi o banco x agora, através de uma carta, aí eu vou mandar pra belo horizonte pra eles analisarem .	15%
Transitiva de Movimento	SN ¹ → Agente V → Mover SP → Alvo/Origem	(7) O contrato vem pra juiz de fora pra pegar a carta de registro.	7%
Transitiva Básica	SN ¹ → Agente V → Agir SN ² → Paciente	(8) Olha então que a partir momento que eu que eu não quero, eu falei umas duas vezes com ela ela já então pode deixar que vou com ela, ela foi e chamou a outra pessoa, pra me explicar , o seguro. então eu entendi o seguinte, se eu não fizer o seguro eles não vão me emprestar o dinheiro.	30%

Intransitiva	SN ¹ → Agente V → Agir	(9) Eu sei o que é trabalhar pra ganhar mil reais, que isso!	5%
Transitiva Proposicional ¹¹	SN ¹ → Agente V → Dizer SN ² → Paciente SP → Alvo/Origem	(10) A decisão é sua, você assina de uma vez e recebe esse valor ou então a gente pode pedir a empresa x uma prestação de contas maior pra ver como é que ela chegou nesse valor.	2%
Existencial	V → Existir SN ¹ → Tema	(11) Porque não existe um contrato de prestação de serviço pra gente dizer se foi descumprido o prazo.	3%
Nominal	SN ¹ → Experienc. V → Cópula SN ² → Tema	(12) O consórcio o que que é? É um grupo de pessoas pra retirar um bem.	7%
Passiva Analítica	SN ¹ → Paciente V → Passiva	(13) Como o valor dela foi fechado pra fazer dois mil, então vão orçar hoje e a gente vai achar mil reais lá.	4%
Porcentagem total de ocorrências de DCI adjunto			73%

2.2 DCI complemento

O segundo padrão de mesclagem construcional envolvendo o DCI se caracteriza pelo fato de ele ser incorporado à grade argumental da construção-fonte, “encaixando-se” no *slot* preposicionado do esquema sintático dela. Esse padrão pode ter como fontes dois tipos de construção: as proposicionais e as transitivas transferenciais. Veja-se o quadro a seguir, organizado conforme o primeiro:

TABELA 2 - Tipos de construções às quais o DCI pode se mesclar como complemento.

Construção	Esquema	Exemplo	Freq.
Transitiva Transferencial	SN ¹ → Agente V → Causar-Mover SN ² → Paciente SP → DCI	(14) A gente em termos de agência, a gente não tem condição. Ce tem que dar um prazo pra eu ti dar uma resposta dessas.	8%
Transitiva Proposicional	SN ¹ → Agente V → Dizer SP → DCI	(15) Você pediu pra cancelar . Isso foi quando?	8%
Porcentagem total de ocorrências de DCI complemento			16%

Note-se que, nesses casos, a mesclagem, à qual se submetem o DCI e as outras construções fontes, apresenta maior grau de sintaticização do que o padrão apresentado na tabela anterior, uma vez que ocorre a sobreposição de elementos das construções ao nível da forma e também ao nível do significado.

2.3 DCI sintaticizado

O terceiro e último padrão de mesclagem a ser apresentado engloba um processo de sintaticização ainda mais profundo: trata-se dos casos em que não é mais possível isolar o DCI, nem mesmo como um complemento da outra construção fonte, ou seja, casos em que um novo processo de sintaticização – ou gramaticalização – ocorreu, criando uma nova construção.

Três são as novas construções advindas deste processo de mesclagem, todas modalizadoras:

TABELA 3 - Construções sintaticizadas a partir de processos de mesclagem do DCI.

Construção	Esquema	Exemplo	Freq.
Modalizadora Deôntica Básica	V → Ser SP → DCI	(16) Eu já era pra ter vendido esse imóvel há muito tempo.	3%
Modalizadora Deôntica de Papel Social	SN ¹ → Ag./Exp. V → Estar SP → DCI	(17) Ô Seu Pedro, é igual eu falei, a gente ta aqui pra tentar resolver isso.	6%
Modalizadora Epistêmica	V → Dar SP → DCI	(18) Dá pra acender a luz aqui?	2%
Porcentagem total de ocorrências de DCI sintaticizado			11%

2.4 Discussão dos resultados

Conforme é possível notar através das tabelas, a grande maioria dos usos do DCI ocorre sem a sobreposição de papéis argumentais, ou seja, o DCI se junta às demais construções como um adjunto delas. A alta frequência e a variedade tipológica das construções-núcleo são indícios interessantes no sentido de reforçar a hipótese de que, após sua sintaticização na língua, o DCI possa funcionar como um núcleo sintático autônomo de maneira produtiva.

Ressalto também o fato de quase a metade das ocorrências desse padrão de uso ocorrerem com construções transitivas básicas. Explico: segundo Goldberg (1995), muitas vezes as construções contribuem com papéis argumentais que serão preenchidos ou não, quando da fusão, por elementos selecionados pelo verbo, ou seja, uma construção pode alterar o esquema sintático básico de um verbo, o qual modifica o seu significado ao integrar-se a ela. Uma vez postulado então que as construções podem contribuir com papéis argumentais que não sejam previstos em suas instanciações no esquema básico do verbo, faz-se necessário postular a existência de esquemas construcionais anteriores à sua amalgamação aos esquemas verbais.

Dado este fato, fica difícil definir nos dados de fala se temos uma Construção Transitiva Básica seguida por um DCI em função de adjunto,

ou uma Transitiva Transferencial, à qual se amalgamou o esquema semântico de um verbo transitivo direto, mesclada a um DCI em função de complemento (vide FIG. 1). O critério a partir do qual foram organizadas as Tabelas de 1 a 3, o do preenchimento – ou não – pelo DCI de um papel argumental da construção-fonte, não nos permite fazer essa distinção, já que as construções-fonte foram previamente definidas a partir dos dados.

Dessa forma, apenas uma análise semântica mais detalhada pode nos ajudar a dirimir essa dúvida. Comparando-se os exemplos abaixo é possível ter uma idéia da diferença nas nuances semânticas envolvidas na diferenciação das duas possibilidades de organização construcional expostas acima:

- (19) Aí ela foi e chamou a menina do seguro, **pra me explicar**, né?
- (20) Ele adquiriu um produto que ele não queria **pra poder conseguir** o outro que ele queria.

Em (19), não é possível identificar, a princípio e diretamente, o sujeito do infinitivo como um beneficiário do verbo chamar, entretanto, o oposto ocorre em (20): a pessoa que adquiriu o produto é o alvo da transferência dessa ação, ela compra o produto com a finalidade de se beneficiar, conseguindo o outro produto desejado. Entretanto, há, nos dados, outras nuances de significado ainda mais difíceis de se definir do que as apresentadas acima.

A análise dessas nuances será alvo de um próximo trabalho, para o qual se pretende também expandir o número de dados, fazendo da frequência um fator confiável para a análise. Porém, dentre as trinta ocorrências de DCI adjunto mesclado a Transitivas Básicas, identificamos dezoito cuja interpretação pode ser feita de forma semelhante à que fizemos para o exemplo em (20). Sendo assim, a porcentagem de ocorrência de DCI complemento mesclado a construções Transitivas Transferenciais subiria para 26%, passando a constituir o grupo mais numericamente representativo de dados.

Quanto aos usos do DCI como complemento de construções proposicionais, observou-se que seguem dois padrões distintos: ou (a) o DCI ocupa o *slot* do complemento direto, ou (b) ocupa o do complemento indireto. Isso se deve ao fato de as construções proposicionais, amalgamadas a verbos como *pedir* e *dizer*, apresentarem esquemas sintáticos variáveis, ou seja, ou se ‘*pede alguém algo*’ ou se ‘*pede algo pra alguém*’. Seja como for, o DCI se encaixa nessas construções justamente no elemento formal ao qual se relaciona o espaço-mental aberto pelo verbo proposicional. Isto significa dizer que, no momento em que faz uma proposição, o falante cria um novo espaço cognitivo no qual inserirá o elemento narrado pelo verbo *dicendi*. Nos casos em que o DCI se mescla à construção proposicional, seu esquema semântico – o da resultante virtual – passa a ocupar o lugar do espaço construído.

Esse padrão de mesclagem mais sintaticamente encaixada que ocorre com as construções Transitivas Transferências e Proposicionais se explica pelo fato de ser a mesclagem um processo oportunista (Cf. FAUCONNIER; TURNER, 2003, p. 366), ou seja, quanto mais próximos forem os elementos formais e conceptuais de duas construções mescladas, maior será a compressão realizada por esse processo.

Além de ser explicável do ponto de vista das motivações semânticas, os casos de emprego do DCI como complemento também podem ser justificados pelos usos que eram feitos das construções de finalidade – e o DCI é a mais produtiva delas – ainda em Latim, conforme explicaremos na seção seguinte.

Por fim, resta discutir os casos de DCI sintaticizado. O primeiro tipo desse padrão de mesclagem reúne as ocorrências do esquema *ser pra x infinitivo*, construção que tem claro valor de modalização deôntica, indicando que o elemento codificado pelo nominal *x* tem o dever de realizar alguma ação. Já o segundo tipo tem como exemplos as ocorrências do esquema *estar pra x infinitivo*, construção também modalizadora, porém introdutora de uma idéia de dever socialmente atribuído, ou de reconhecimento de papel socialmente definido. Ambas as construções

são idiomas parcialmente fechados, que, apesar de admitirem variações nas posições de *x* e do infinitivo, não as permitem no que tange aos verbos *ser* e *estar*. Isso indica um maior grau de gramaticalização do esquema sintático, fator que é reforçado pelo caráter modalizador das construções.

Acredito que ambas as construções tenham advindo da mesma construção latina, o *dactiuus auctoris*, e que o fato de serem hoje tão gramaticalizadas se deva justamente ao seu uso ao longo dos séculos. Entretanto, deixarei para explicar melhor este fato também na seção seguinte.

O último tipo de DCI sintaticizado é, na realidade, derivado dos casos de DCI complemento de construções Transitivas Transferenciais. Trata-se das ocorrências do esquema *dar pra x infinitivo*, construção modalizadora epistêmica que indica possibilidade ou capacidade, conforme descreve Salomão (1999) em sua tese de doutoramento. Essa é também uma construção parcialmente aberta, uma vez que não admite alterações no verbo *dar*. A noção de modalização dessa construção é também sustentada pelo esquema transferencial que permeia o DCI, porém, nestes casos, conforme afirma Sweetser (1990), conceptualiza-se a existência de uma barreira no trajeto da transferência. A menor ou maior possibilidade de transposição desta barreira é o que determina o grau de possibilidade indicado pelo modalizador.

O maior grau de gramaticalização dessa construção estaria relacionado ao fato de ser o *dar* o verbo transferencial por excelência e, portanto, mais usual em construções Transitivas Transferenciais, das quais se origina esta construção.

Os usos sintaticizados do DCI, apesar de pouco freqüentes no *corpus* estudado, apontam para um caminho importante no que tange à origem dessa construção. Conforme será discutido na seção seguinte, hipotetizo que ele tenha surgido a partir de duas construções distintas: uma, a do *datiuus auctoris*, a partir da qual teriam se originado os usos do DCI como modalizador deôntico, e outra, a das cláusulas de finalidade latinas,

da qual teriam vindo os demais usos, sejam eles os de DCI adjunto, complemento ou modalizador epistêmico.

3 A hipótese sobre a dupla origem do dativo com infinitivo

Uma das origens do DCI derivaria dos usos que se faziam, já em Latim, das cláusulas de finalidade. Estas eram, a princípio, introduzidas pelo pronome relativo com função de conjunção *ut*¹², o qual também poderia introduzir cláusulas completivas, consecutivas, condicionais e concessivas. A maneira de diferenciação destas cláusulas se baseava no uso de *consecutio temporum*, na presença ou não de elementos correlativos e na grade temática do verbo núcleo. As finais eram identificadas pelo uso do subjuntivo, pela ausência dos correlativos e pela não previsão de sua ocorrência na grade temática dos verbos. Entretanto, o uso de preposições como elementos introdutores de orações já era comum em Latim, entre eles, o uso gramaticalizado de *perad* ou *proad*.

Acredito, portanto, que a preferência na utilização de cláusulas introduzidas por *para* (derivado de *perad*) em lugar daquelas iniciadas apenas por pronome relativo tenha se devido a uma necessidade de diferenciar de forma mais eficaz os tipos de relações de subordinação presentes nas línguas românicas. Com as mudanças operadas no sistema verbal latino, o uso dos tempos do subjuntivo como forma de marcar a subordinação tornou-se precário. Exemplos desse fato são as ocorrências abaixo, retiradas de *corpora* do Português Medieval (século XIII), nas quais fica difícil determinar, nos usos de cláusulas com subjuntivo, se a noção semântica da oração é de causa, de finalidade, ou mesmo se trata-se de uma oração relativa:

- (21) E fez os angios boos p(er) n(atur)a e Lucifer e os outros que depouys p(er) sa maldad(e) son feytos diaboos e maos e esta S(an)cta Trijdade an(te) da incarnaço~ de N(ost)ro Senhor Ih(esu) C(risto) deu lee e ensinamento a seu poboo p(er) Moyse~ e p(er) llos outros se(us) p(ro)ph(et)as e p(er) se(us) sanctos p(er)

q(ue) se pode~ saluar. E depouys N(ost)ro Senh(ur) Ih(e)su C(risto), fillo Deus e Deus u(er)dadeyro, huu soo con Padre e co~ Sp(irit)u S(an)cto recebeu carne e foy (con)cebudo do Sp(irit)u S(an)cto, reenasceu da U(ir)ge~ S(an)cta M(aria) u(er)dadeyro ome est u(er)dadeyro D(eu)s, endere~çou e (con)p(ri)u a ley que foy dada p(ri)meyrame~te p(er) Moyse~ e mostrounos carreya mays conoçuda **p(er) que nos podessemos saluar.**

- (22) E diz enoutro log(a)r que todo ome q(ue) dos feytos e d(i)tos do p(ri)ncepe ret(ra)he a mal, e' escomungado e deue au(er) pe~a daquel q(ue) faz sac(ri)legyo e iaz en culpa d(e) todo o pobuu e por amor que tollamos razon dos maldizentes do mal que no~ q(ue)re~ entender ca~ g(ra)n pe~a deu D(eu)s a Lucif(er) e a todos os dyaboos porq(ue) mormuraro~ (contra) seu poder e (contra) se(us) feytos, d(e) guisa foy q(ue) aquel que el fezera mays d(e) ben ca a todos os angios foy derribado dos ceos e astragado co~ todollos outros que foro~ cu~ el naquella culpa e meteuos en fundo dos infernos **p(er) que agia~** mayor pea daquel und(e) auian recebudo mayor be~.
- (23) Tod'omen q(ue) eniectar alguu menio e no~ ouu(er) q(ue~) lho tome e morreu, o q(ue) endeytou moyra pore~. Ca poys q(ue) el fez cousa **p(er) q(ue) morresse**, tanto e' coma se o [matasse].
- (24) A ley deue seer moostrada **que todo o ome o possa entender q(ue) nenguu non seya enganado p(er) ella e q(ue) seya (con)uenhauil aa t(er)ra & ao te~po e s[e]ya onesta e boa e deryta e ygual e profeytosa a todos ensembra e a cada huu p(er) sy.**

Além disso, as possíveis mudanças nas grades temáticas das construções tornaram inviável a manutenção de uma única conjunção subordinativa. Assim, aproximou-se a noção de finalidade daquela indicada por *per+ad*,

já que a ambas subjaz a idéia de transferência. Por esta mesma perspectiva de aproximação via esquema conceptual, justifica-se o uso do dativo, o qual, segundo Faria (1958), já se encontrava em expansão, desde a época de Tito Lívio, quando ligado a construções transferenciais¹³. Em uma breve pesquisa em dados do Português Medieval¹⁴, foram encontradas várias ocorrências semelhantes às transcritas abaixo, as quais são exemplos desse uso das cláusulas de finalidade:

- (25) E p(er)a isto ta~ be~ o senhor q(ue) o mandou como o vassallo q(ue) o fez, aia a pea que manda a lee. Qvando alguu~ ome~ algu~as (con)panhas aiu~tar, q(ue) no~ seya~ teudos de faz(er) seu mandado p(er) razo~ de senhorio, **pera matar outre~ ou p(er)a derribar casa ou por faz(er) outro dano q(ua)lquer**, aq(ue)l que os aiu~tou p(ey)t(e) #XXX m(a)r(auidi)s & cada huu dos outros q(ue) foro~ cu~ el peyte #V m(a)r(auidi)s a al rey porq(ue) ousaro~ [...] pe~a q(ue) ma~da a lee.
- (26) Esta e' a rrazo~ que nos **moueo p(er)a faz(er) leyx q(ue) a maldad(e) dos omees seya refreada p(er) ellas e a uida dos boos seya segura e os maos leyxe~ de faz(er) maldad(e) p(er) medo das peas.**
- (27) Nenhuu p(es)sueyro que **seya dado enalguu p(re)yto quer p(er)a demandar quer p(er)a deffender ou p(er)a iuyzo fillar** no~ possa faz(er) nenhuma auença nen ne~huu co~poymento enaquel p(re)yto, ergo se llo o dono da uoz mandar nomeadamente p(er) aquella p(es)suaria.

A outra origem, ligada aos usos do DCI como modalizador deôntico, estaria relacionada à construção latina do *datiuus auctoris*, a qual Ernout e Thomas definem da seguinte maneira:

- a) Dativo complemento do adjetivo verbal em –ndus: trata-se de um dativo de interesse indicador de a quem uma dada obrigação se destina:

Pl. Am. 891: *faciendum est mihi illud... quod illaec postulat* “ele me faz fazer aquilo que ele pede”, literalmente “há para mim uma coisa a fazer”... (ERNOUÏ; THOMAS, 1953, p. 74)

Além da possibilidade de se ligar a um Gerundivo – adjetivo verbal em *-ndus* –, o Dativo Agente também podia funcionar como Complemento do Particípio Passado Passivo e, posteriormente, teve seu uso estendido aos tempos do Inflectum entre os poetas e prosadores do período imperial (ERNOUÏ; THOMAS, 1953, p. 74).

Os autores franceses explicam, por fim, que tal emprego do Dativo ocorre quando:

O dativo é literalmente um dativo de pessoa interessada. Mas a pessoa interessada era também, ao mesmo tempo, o Agente. (ERNOUÏ; THOMAS, 1953, p. 74)

Como pode-se notar, os gramáticos em questão já reconhecem haver no Latim a acumulação de funções de Beneficiário – ou, nas palavras dos mesmos, interessado – e Agente em um único elemento formal. Os exemplos citados poderiam facilmente ser traduzidos como casos de DCI. Ao invés de dizer que *‘ele me faz fazer aquilo que ele me pede’* ou *‘há para mim uma coisa a fazer’* pode-se dizer que *‘é pra mim fazer o que ele pede’* ou ainda *‘ele pede pra mim fazer as coisas’*. Acredito, inclusive, que tais traduções respeitam mais a estrutura original latina, uma vez que a construção em questão construía-se com Gerundivo, forma nominal que, conforme Faria, substituíra o Gerúndio quando este deveria acompanhar o Dativo. O mais interessante, porém, é o fato de que, em Latim, o Gerúndio era uma flexão do Infinitivo, empregada quando este não estava acompanhando formas nominativas. (FARIA, 1958, p. 458) Sendo assim, temos que, em última instância, era o Gerundivo uma forma de expressão do Infinitivo, tendo permanecido, no Português, esta última.

Outro dado interessante é que, segundo Faria, o Gerundivo poderia se especializar em indicar uma obrigação existente para uma pessoa, a

qual vinha sempre assinalada no caso Dativo, mais especificamente no Dativo Agente. Ou seja, levando-se em consideração os paradigmas de mudança que permeiam a deriva do Latim ao Português, tem-se que a construção *ser/estar pra x infinitivo* já existia em Latim, porém, com o Gerundivo ocupando o lugar hoje preenchido pelo Infinitivo. Há exemplos outros, fora o apresentado por Ernout e Thomas e transcrito por mim acima, que comprovam esta afirmação.

Um deles encontra-se no verso 105 do ato I da *Aululária*, de Plauto, e está transcrito abaixo:

Occlude sis fores ambobus pessulis iam ego hic ero discrucior animi,
quia ab domo abeundum est mihi. (PLAUTO, *Aul.*, I, 105)

Mais uma vez as traduções que encontrei evitam o uso do DCI e apresentam-se, em grande parte, como a que se segue, feita por Walter de Medeiros e publicada pela Editora da UnB:

São as penas do inferno que eu sinto na alma, só por ter de sair de casa. E – raios! – é bem contra vontade que eu saio.

Porém, assim como argumentei acima, é possível, e me parece inclusive mais próximo da construção original latina, traduzir o referido verso como *'só porque é pra mim sair de casa'*. Além disso, Os usos de DCI com verbos estativos em construções modalizadoras deônticas são recorrentes também no Português Medieval, conforme atestam as ocorrências abaixo:

- (28) E pediumj ende emsembra co~ essa Joha~na diaz q(ue) eu emsembra co~ aqueles q(ue) eram de meu conselho e co~ me(us) sobre iuyzes uissemos e catassemos todalas cousas deuand(i)c(t)as en come amdar~ e foro~ feytas e os scritos e as cartas e os strume~tos q(ue) ende p(er) dante mj~ mostraro~ e le'e'r fezero~. e q(ue) por m(er)ce'e' e por deryto se hy algu~a~

cousa era pera correger ou p(er)a tolher ou p(er)a ader q(ue) eu q(ue) o fizesse.

- (29) E se fore~ mayns de dox, q(ue)r **seya~ alcaides p(er)a todollos p(re)ytos iuygar** quer seyam [da]dos del rey ou sequer doutros alcaides p(er)a alguus p(re)ytos assynados ioygar quer seya~ começados p(er) aueença das partes, aquel joyzo ualha que der a mayor parte delles.

Pode-se resumir portanto a hipótese da dupla origem do DCI através do diagrama presente na FIG. 2. Conforme pode-se ver, o DCI teria, na realidade, duas origens que, devido a uma fusão de suas contrapartes formais, ocorrida em algum ponto da história (*verbo + per ad infinitivo > pera x infinitivo < gerundivo est dativo*), e a uma semelhança semântica (noção de transferência), teriam se fixado em um mesmo esquema construcional. Ao longo dos séculos, os usos que foram feitos desse esquema construcional acabaram por dar origem aos quatro grupos indicados pelos retângulos presentes na parte inferior do diagrama. Cabe ainda ressaltar dois aspectos: (a) a relação de herança presente entre o padrão de mesclagem do DCI complemento, mais especificamente do DCI complemento de Transitivas Transferenciais, e a construção Modalizadora Epistêmica; e (b) o fato de os padrões de mesclagem do DCI no PB guardarem relações com suas origens latinas.

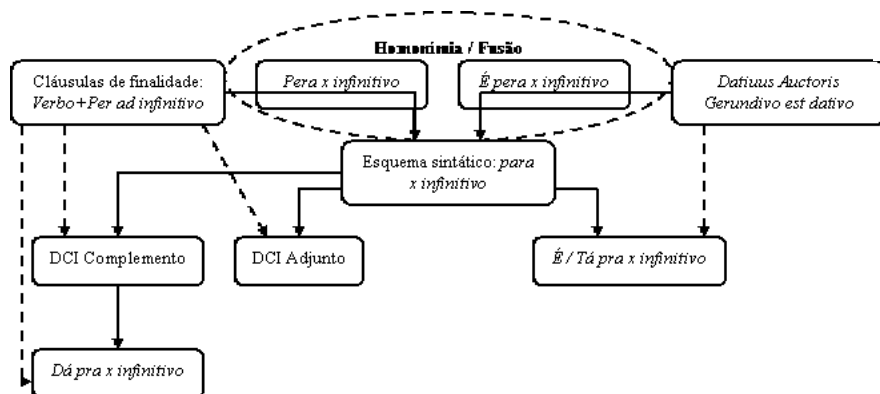


FIGURA 2 - A hipótese sobre a dupla origem do dativo com infinitivo.

4 Considerações finais

Ao longo deste artigo, apresentei o esquema sintático *para x infinitivo*, o qual, pareado a suas especificidades semânticas – estabelecimento de um beneficiário-agente/experienciador num espaço resultante virtual indicativo de finalidade –, funciona como uma construção autônoma, uma espécie de núcleo sintático, que pode se unir a outras construções da língua com diferentes graus de encaixamento.

Apontei também três usos do DCI altamente gramaticalizados, os quais também já podem ser tratados como construções autônomas. São eles os esquemas (i) *dar para x infinitivo*, (ii) *ser para x infinitivo* e (iii) *estar para x infinitivo*. A partir de tal constatação, argumentei em favor da hipótese da dupla origem para o DCI, apresentando dados sobre as construções de finalidade e as construções modalizadoras com verbo *ser*, referentes tanto à gramática do Latim quanto aos usos que eram feitos delas no Português Medieval do século XIII. Tal apresentação teve o intuito de demonstrar ter havido uma convergência formal – homônimia – entre essas duas construções, evidenciando a origem dupla do DCI e explicando o fato de haver usos gramaticalizados (as construções modalizadoras) oriundos de esquemas de significado tão diferentes.

Resta agora empreender análises diacrônicas que nos permitam comprovar esta hipótese e responder a uma série de questões cruciais para um bom tratamento do DCI. Mas isso é assunto para um novo trabalho.

Notas

- 1 Acredito que seria mais adequado nomear tais processos de mudança como sendo semântico-pragmáticos, uma vez que é inegável o papel das inferências comunicativamente situadas no processo de mudança. Entretanto, optarei pelo termo *mudança semântica*, uma vez que é mais freqüente entre os autores que tratam dessa questão.
- 2 Traugott, ao tratar da mudança via polissemia, afirma que o modelo da TISMS não faz distinção entre os processos projetivos que desencadeiam tal polissemia. Ao postular tal fato, aproxima-se do tratamento dado à polissemia pelo Sociocognitívismo, ou seja, passa a considerá-la como um efeito de processos projetivos metafóricos ou metonímicos, e não como um processo em si mesmo (Cf. MIRANDA, 2004, em comunicação individual).
- 3 A autora entende por objetificação, por exemplo, os processos de definição do escopo de termos técnicos, tão comuns no discurso científico.
- 4 Os dados que compõem o *corpus* de PB utilizado neste trabalho foram levantados, transcritos, refinados e organizados sob a coordenação das professoras doutoras Nilza Barroso Dias e Sônia Bittencourt Silveira, as quais gentilmente os cederam para este trabalho.
- 5 Os dados que compõem o *corpus* de PM utilizado neste trabalho fazem parte do projeto “Corpus Informatizado do Português Medieval”, cujos dados encontram-se disponíveis em <http://cipm.fcsh.unl.pt>.
- 6 O conceito de construção utilizado por nós é aquele proposto por Goldberg (1995:4), segundo o qual: “*C é uma Construção sse C é um par foma-sentido <Fi, Si> de tal forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não é estritamente preditível a partir das partes componentes de C ou a partir de outras construções previamente estabelecidas.*”
- 7 A atribuição do rótulo “dativo” à construção deve-se ao fato de o elemento nominal que funciona como sujeito do infinitivo vir flexionado nesse caso quando em forma pronominal (mim), nas ocorrências típicas do DCI.

- 8 Os exemplos de (1) a (5) foram retirados do *corpus* do Programa de Estudos sobre Os Usos da Língua (PEUL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 9 A noção de inserção neste artigo é bem semelhante à noção de *encaixamento*, proposta por Hopper e Traugott (1993).
- 10 Em cada construção ocorre uma integração entre o esquema de significado do verbo e o esquema de significado da construção. Entre os elementos que fazem parte do esquema de significado do verbo, temos a definição dos *papéis de participante*, ou seja, aqueles envolvidos no significado básico do mesmo. Assim, por exemplo, no verbo *chutar* teríamos dois papéis de participantes: o *chutador* e o *objeto chutado*. Tais papéis de participantes não devem ser confundidos com os *papéis argumentais*, ou *papéis-?*. Estes são definidos pela construção e têm como exemplos os papéis de Agente, Paciente, Tema, Experienciador etc.
- 11 Neste trabalho, são considerados como construções proposicionais apenas aquelas que são construtoras de espaços mentais – *space builders*. Para uma definição mais aprofundada sobre este termo, vide Fauconnier (1997).
- 12 O pronome relativo *ut* foi, ainda em Latim, substituído por outro pronome relativo, *quod*, o qual, em Português, deu *que*. Assim, em última instância, tem-se que *ut>quod>que*.
- 13 Faria relaciona o uso do dativo como complemento não às construções, mas aos verbos indicativos de transferência.
- 14 Foram levantadas apenas 70 ocorrências de DCI em Português Medieval, logo, não há qualquer tipo de pretensão de análise quantitativa ou definitiva em relação a essas questões. Os dados são apenas ilustrativos e foram inseridos no intuito de dar mais clareza às proposições.

Referências

- ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. *Syntaxe latine*. 2. ed. Paris: Klincksieck, 1953.
- FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER Mark. *The way we think* – conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

MANDELBLIT, Nili. *Grammatical blending: creative and schematic aspects in sentence processing and translation*. 1997. 305 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Departamento de Lingüística – Universidade da Califórnia, San Diego. 1997.

SALOMÃO, M. M. Martins. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v. 1, n. 1, p. 23-39, jul./dez. 1997.

SALOMÃO, M. M. Martins. *Polissemia, aspect and modality: the case for a cognitive explanation of grammar*. 1999. 305 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Departamento de Lingüística – Universidade da Califórnia, Berkeley. 1999.

SALOMÃO, M. M. Martins. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v. 3, n. 1, p. 61-79, jan./jun. 1999.

SALOMÃO, M. M. Martins. *O processo cognitivo da mesclagem na análise lingüística do discurso*. Juiz de Fora/Rio de Janeiro: UFJF / UFRJ / UERJ – CNPq (Projeto Integrado de Pesquisa – Grupo Gramática e Cognição), 1999.

SALOMÃO, M. M. Martins. Gramática das construções: o processo referencial como atividade criativa. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v. 6, n. 1, p. 63-74, jan./jun. 2002.

SALOMÃO, M. M. Martins. *Estruturas argumentais no Português do Brasil: uma explicação sociocognitiva das relações gramaticais*. Juiz de Fora/Rio de Janeiro: UFJF/ UFRJ/ UERJ – CNPq (Projeto Integrado de Pesquisa – Grupo Gramática e Cognição), 2004.

SWEETSER, Eve. Grammaticalization and semantic bleaching. *Proceedings of The Fourteenth Annual Meeting of The Berkeley Linguistics Society*, Berkeley, Ca: UC Berkeley, 1988.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TOMASELLO, Michael. *Constructing a Language: A usage-based theory of language acquisition*. Harvard: Harvard University Press, 2003.

TORRENT, Tiago Timponi. 2005. 77f. *O homem vai botar uma casa para mim morar – uma abordagem sociocognitivista e diacrônica da construção de dativo com infinitivo*. Dissertação (Mestrado em Letras – Lingüística) – Faculdade de Letras – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2005.

TRAUGOTT, E. The Framework. In: _____. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.